

O FUTURO DAS ESCOLAS JUDICIAIS : autonomia financeira e liberdade de pensamento¹

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Professor universitário, e
Diretor da Escola Nacional da Magistratura.*

1. O Judiciário na perspectiva histórica

Uma abordagem sobre o futuro das escolas judiciais há de começar por focalizar o próprio Judiciário, no qual elas se inserem, em reflexão crítica do seu desempenho como Poder ou mera atividade estatal.

A atuação do Judiciário, no plano histórico, na realidade vinha limitando-se, e ainda assim de forma insatisfatória, à solução de conflitos individuais. A partir, no entanto, do constitucionalismo que eclodiu no final do século XVIII, calcado na Independência (1787) e subsequente Constituição (1789) norte-americanas e na Revolução Francesa (1789), sob a influência de pensadores do porte de **Locke, Rousseau e Montesquieu**, esse quadro passou a transformar-se, erigindo-se o Judiciário como fator essencial ao exercício do Poder, ao equilíbrio entre este e a sociedade e como instrumento necessário para conter os excessos dos governantes.

Nesse panorama, avultou-se o exemplo do Judiciário norte-americano, onde a Suprema Corte, liderada por **Marshall**, notadamente a partir do célebre caso **Marbury v. Madison**, em 1803, ao proclamar a supremacia da Constituição e enfatizar ser inválida a lei inconstitucional ("a law repugnant to the Constitution is void"), sedimentou a doutrina do "judicial review", indubitavelmente, como reconhecem os estudiosos, um dos pilares do sucesso daquela Nação. De outro lado, não se pode deixar de registrar o fenômeno significativo que se tem presenciado, neste final de século, na União Européia, onde os especialistas apontam, como fator

¹ Conferência proferida no "I Congresso Mundial das Escolas da Magistratura", São Paulo, 7.3.1998.

*Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 1º/02/2006.

decisivo na implantação daquela organização integrativa, a adoção de um sistema judiciário forte e independente.

Aliás, como lembrou **Alves dos Reis**, em belo estudo, **Cícero**, no Livro III, “Da República”, já advertia, a exemplo do que fizera **Aristóteles**, em “A Política”, acerca das mutações históricas do Direito, em função das tendências e necessidades de cada povo e época, exatamente por ser ele um fato histórico-cultural, dinâmico e dialético, que se forma, se desenvolve e se aperfeiçoa.

Não bastasse a referida e substancial mudança no curso da história, é de aduzir-se com a extraordinária evolução do Judiciário nos últimos tempos.

Em estudo anterior, ao registrar esse fenômeno, tivemos ensejo de assinalar suas múltiplas razões:

A começar pelas transformações que ocorrem na sociedade dos nossos dias, impulsionada por uma revolução tecnológica no vértice da qual se colocam os meios de comunicação, a estreitar distâncias, aproximar fronteiras, intercambiar idéias e costumes, a globalizar a economia, facilitar o acesso à cultura, a irmanar os povos e a concretizar alguns dos seus sonhos mais acalentados.

Com as conquistas espaciais, não só o homem chegou à lua e desvenda os mistérios do universo como também por satélites artificiais, que hoje povoam a atmosfera, podemos, além de muitas outras opções, acompanhar com absoluta nitidez, no mesmo instante, as imagens de acontecimentos que se verificam nos mais diversos pontos do planeta, comunicando-nos sem intermediários com países os mais distantes, tendo em nossos lares e escritórios, em fração de segundos, pelo avanço da informática, pesquisas e informações que a cultura levou séculos para armazenar. Aviões, automóveis, trens e outros veículos, cada vez mais sofisticados e rápidos, transportam-nos com segurança e impressionante precisão. É um fascinante mundo em evolução, jamais imaginado por Júlio Verne, Marco Polo, Huxley ou pelos bravos navegadores da Idade Média.

Com tão formidável transformação nos mais variados setores, muda o próprio perfil da sociedade e seu comportamento.

A exemplo das mudanças impostas pelas grandes descobertas do final do século XV, do advento do constitucionalismo resultante das transformações políticas do século XVIII e da revolução industrial do século XIX, a revolução tecnológica deste século convive com uma sociedade marcadamente de massa, na qual, ao lado da explosão demográfica, do acesso da mulher aos postos de comando e do apelo ao consumo, ascendem cada vez mais os interesses coletivos e difusos no confronto com os interesses meramente individuais.

Nesta moldura, os conflitos sociais ganham nova dimensão, reclamando novos equacionamentos, soluções mais efetivas, um processo mais ágil e eficaz e um Judiciário mais eficiente, dinâmico e participativo na preservação dos valores culturais, na defesa de um patrimônio que é de todos e que transcende os próprios interesses individuais e de grupos para situar-se no plano dos direitos fundamentais do homem.²

Estamos, assim, a descortinar, neste final de milênio, a segunda transformação do Judiciário, cuja tônica é sua maior participação social e política, especialmente sob a ótica da cidadania.

2. O Judiciário dos novos tempos

A esse Judiciário que está a brotar se poderia denominar "Judiciário-participativo", na medida em que se volta para todos os aspectos da vida social, política, econômica e jurídica da comunidade e dos seus cidadãos. Sem "politizar-se" ou submeter-se a doutrinas exóticas e de folhetim, busca superar tradicionais vícios, omissões e timidez para situar-se também na vanguarda da preservação dos valores humanos, na busca da convivência harmoniosa, do desenvolvimento, da igualdade, da democracia, da liberdade.

Um Judiciário comprometido com os direitos fundamentais do homem, não só os civis e políticos, assim como os sociais, econômicos e culturais, mas também com os de terceira geração, nos quais os anseios maiores são a fraternidade, a solidariedade, a qualidade de vida, a felicidade humana.

² "A formação do magistrado contemporâneo", XIV Seminário Brasília-Roma, 30.8.97.

Neste mundo de tantas mutações, onde os direitos fundamentais clássicos cedem lugar a novos direitos essenciais, que se insurgem contra a omissão estatal, exigindo atuação ativa, o novo Judiciário, incentivado por textos legais que submetem ao seu controle toda e qualquer lesão ou ameaça de lesão (Constituição brasileira de 1988, art. 5º) e que recomendam ao julgador atentar, na aplicação da lei, para os fins sociais a que ela se destina e as exigências do bem comum (Lei de Introdução, art. 5º), deve ser um efetivo participante dos destinos da sua gente, elemento de transformação social e cultural do seu povo, contribuindo para o seu aprimoramento e o aperfeiçoamento da ordem jurídica, selecionando e preparando melhor os juízes, modernizando-se, tornando-me mais ágil e confiável, formulando propostas de melhoria das leis, erradicando privilégios e valorizando sua independência, sem prejuízo de uma postura vigorosa em temas como liberdade e dignidade humana, redução das desigualdades sociais, defesa do meio ambiente e construção de uma sociedade mais justa e solidária.

3. A necessidade de juízes à altura desse novo Judiciário

Como na ciência, onde os modelos se exaurem e se renovam, também em relação ao Judiciário as transformações sociais, culturais, políticas e jurídicas passam a exigir novos paradigmas, reclamando um novo papel e uma nova visão.

Dentro de um Judiciário renovado e com outros parâmetros, impõe-se também um novo perfil dos seus julgadores, hoje não mais simples operadores do Direito e muito menos **la bouche de la loi**.

Artífices, diretos ou indiretos, da criação jurisprudencial do direito, importante que os juízes recebam orientação segura e atualizada, sem prejuízo da sua formação humana e cultural. Como salientou, ainda ontem, o ilustre Diretor da Escola francesa, o juiz do nosso tempo não pode ser apenas um juiz-jurista, mas um juiz que compreenda a sua época.

Assim, não basta o aprimoramento contínuo e racional. Carreira com peculiaridades especiais, a magistratura reclama, antes de mais nada, seleção criteriosa para a composição dos seus quadros.

Com efeito, se a constante atualização dos juízes é uma preocupação digna de aplausos, assim como a adoção do critério de seleção por concursos públicos também representa valioso avanço, especialmente pelo seu caráter de acesso democrático ao exercício da função jurisdicional, urge avançar mais para priorizar o recrutamento dos juízes pela vocação – entendida essa como o conjunto de virtudes e inclinações a recomendar o candidato ao exercício específico do cargo, uma vez que a experiência tem demonstrado que nem sempre os mais cultos, inteligentes e talentosos são os mais aptos ao exercício da judicatura, que exige qualidades especiais, como honestidade, probidade, firmeza de caráter e de atitudes, serenidade, dedicação e senso de Justiça.

Daí a imprescindibilidade de métodos mais eficientes na escolha e preparação dos novos juízes, como já perceberam aqueles que, independentemente de raça e latitude, se ocupam do tema mais de perto, com maior visão.

4. As escolas judiciais no plano internacional

Atualmente, cresce cada vez mais a preocupação com a seleção e o preparo dos juízes, embora diferentes sejam, por vezes, as metodologias adotadas.

Na Europa, para exemplificar, **França** e **Portugal** adotam sistemas assemelhados. Suas escolas, vinculadas aos respectivos Ministérios da Justiça, ocupam-se tanto da magistratura judicial como da magistratura do Ministério Público³. E bifurcam-se em duas: uma, destinada à seleção e preparação dos novos magistrados; a outra, ocupa-

³ No Brasil, o Ministério Público não se qualifica como magistratura, expressão destinada apenas aos que exercem a judicatura.

se do aprimoramento dos que já estão no exercício das funções. Estão entre as escolas mais bem estruturadas dos nossos dias, contando ainda, principalmente a francesa, com atuante seção internacional.

Na mesma direção, **mutatis mutandis**, atua a “**Escuela Judicial**” espanhola, uma das mais antigas, que se destina também ao aperfeiçoamento dos serviços auxiliares.

Essa Escola, até então centrada em Madri, a partir de 1996, a exemplo do modelo francês, que tem sedes em Paris e Bordeaux, subdividiu-se, passando a atuar, em relação à formação inicial, na região da Catalunha, o que reflete, de modo significativo, a tendência do modelo atual predominante.

A **Alemanha**, agora unificada, dá mais ênfase ao setor de aprimoramento, uma vez que do aspecto da preparação se encarrega a Universidade.

Localizada em duas regiões distintas, uma delas em Trier, a sua escola (**Rechtsakademie**) conta com um bem organizado sistema anual de cursos de pequena duração (de uma a duas semanas) em temas variados, complexos, polêmicos ou momentosos.

Com o apoio do Ministério “di Grazia e Giustizia”, o Conselho Superior da Magistratura italiana, por seu turno, promove cursos periódicos, destinados ao aperfeiçoamento profissional dos seus magistrados.

Curiosamente, a **Itália**, que em 1958 sediou o “Primo Congresso Internazionale dei Magistrati”, até hoje não conta com um eficaz sistema de formação inicial de magistrados.

É de assinalar-se, todavia, que os especialistas e as autoridades italianas estão vivamente interessados na melhoria do seu sistema. Assim, estudos estão em curso e em debate, tendo sido constituídas comissões e já elaboradas algumas diretrizes legislativas.

Merecedor de especial destaque, é o sistema **holandês**, que prevê longa e rigorosa preparação do magistrado, sobre o qual, no entanto, ainda não dispomos de maiores dados.

Interessante, e digno também de realce, é o **modelo japonês**, existente desde 1947, que bem reflete a competitividade profissional naquele país e que tem exercido forte influência em outros países asiáticos.

Vinculado à Corte Suprema, o “Instituto de Pesquisas e Práticas Legais” se destina precipuamente à seleção, formação e orientação dos que vão atuar na magistratura judicial, no Ministério Público e na advocacia. Por esse sistema, após o curso jurídico na Universidade, os pretendentes a operadores do Direito têm que cursar o referido Instituto durante dois (2) anos. Para nele ingressarem, entretanto, terão que obter aprovação em rigoroso exame, que se realiza anualmente e que somente aprova o máximo de 3% (três por cento) dos candidatos.

Na **América**, paulativamente vem ganhando corpo a inquietação no tema.

A par de outras experiências, a exemplo do **Uruguai** e da **Costa Rica**, destaca-se o **modelo norte-americano**, com suas várias vertentes, que convergem para a área do aperfeiçoamento, sem embargo da ocorrência de cursos de pequena duração para os que ingressam na magistratura federal.

Duas instituições, ali, têm especial relevo, a saber: o **Federal Judicial Center**, localizado em Washington, DC, vinculado à Justiça Federal, e o **National Judicial College**, com sede em Reno, Nevada, destinado aos juízes estaduais e com marcante presença de visitantes estrangeiros. Ambos surgidos na década de 1960, são hoje exaltados pela sua eficiente atuação, que se estende ao aprimoramento do próprio Judiciário.

5. As Escolas Judiciais no Brasil

No **Brasil**, a previsão legislativa somente surgiu em 1977, como a única proposta eficaz de uma frustrada reforma judiciária promovida pelo regime militar que dominou o país por aproximadamente vinte (20) anos.

Multiplicaram-se os cursos a partir de então, e várias foram as experiências vividas, a incentivarem o constituinte de 1988 a prever, com obrigatoriedade:

a) – a aferição do merecimento, para fins de acesso na carreira, pelos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

b) – previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira.

Avançando mais, o projeto de “Estatuto da Magistratura”, encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional, além de prever um “Conselho Nacional de Administração da Justiça” e de um “Centro Nacional de Estudos Judiciários”, contempla igualmente a institucionalização de uma “Escola Nacional da Magistratura”.

Enquanto, porém, tal objetivo não se concretiza, não se implanta um sistema nacional em torno da formação dos magistrados, sem embargo da rica experiência que se tem presenciado.

Apesar dessa carência, quase todas as unidades federativas possuem as suas escolas judiciais, às quais vêm se somando as escolas da Justiça Trabalhista e da Justiça Federal, a maioria com satisfatória atuação no plano do aperfeiçoamento.

Subordinam-se essas escolas aos respectivos tribunais ou às associações da classe.

Por outro lado, não obstante o progresso que se nota, poucas são as que já se ocupam da seleção e preparação inicial, não se podendo qualificar como tal as que se limitam a proporcionar cursos de preparação aos concursos para ingresso na magistratura, por melhores que sejam, nem as que se limitam a realizar cursos de curta duração para introduzir os candidatos aprovados nos meandros da complexa máquina judiciária.

É de registrar-se, outrossim, a existência do “Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal”, com sede em Brasília e vinculação ao Superior Tribunal de Justiça, de promissoras perspectivas como escola de âmbito nacional, inclusive como órgão de planejamento e criação.

Nesse quadro multiforme, insere-se a atual “Escola Nacional da Magistratura”.

6. A atual Escola Nacional da Magistratura brasileira

Vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros, a “ENM” apresenta singular fisionomia. Sem dispor de instalações próprias, orçamento e pessoal, é composta de um diretor-presidente, uma diretora-secretária e oito diretores-adjuntos, domiciliados em pontos diversos do país. Sem remuneração adicional ou qualquer outra vantagem pecuniária, à falta de autorização legislativa esses diretores também não estão afastados de suas normais atividades profissionais.

Com intensa atuação, procura essa entidade preencher, dentro das suas possibilidades, o vazio ainda não ocupado pela Escola que se pretende ver institucionalizada. Assim, além de servir de elo entre as escolas nacionais e no contato com congêneres de outros países, promove, em parceria, no Brasil e no exterior, cursos, seminários, semanas de altos estudos e outros encontros culturais, editando livros de

alguns desses eventos. Coordena, outrossim, estudos e trabalhos destinados a reformas legislativas e luta por determinadas bandeiras, a exemplo de mudanças no processo de seleção dos juízes e na adoção, pelo Judiciário, de um órgão permanente de planejamento e reflexão.

7. O futuro da Escola Nacional da Magistratura no Brasil

O futuro da Escola brasileira está intimamente dependente da criação de uma Escola nacional institucionalizada, isto é, integrante do próprio Poder, com linhas definidas em lei e em estatuto próprio, a formular doutrina própria e a estabelecer as diretrizes de uma política nacional voltada para a formação integral do juiz brasileiro.

Em termos mais pragmáticos, porém, algumas definições desde já podem ser antevistas. Assim, para exemplificar, à evidência que, em um país populoso e de dimensões continentais como o Brasil, não se mostra recomendável, pelo menos em termos de tecnologia atual, que essa Escola venha a ser de formação inicial, destinada à seleção e preparação, quando mais razoável que tal atividade seja entregue às respectivas escolas estaduais, federais e trabalhistas, mais próximas dos interessados.

Uma Escola nacional institucionalizada, com sede em Brasília, deverá, em compensação, servir como centro para o qual convergirão as demais, disseminando técnicas e experiências bem sucedidas, mantendo-se como **fórum** nacional permanente para o debate dos grandes temas ligados ao Judiciário e à atividade jurisdicional. Além de eventos culturais de variada ordem e contato permanente com as demais escolas, não poderá alhear-se, - como segmento cultural, e nos limites do seu campo de atuação -, de efetiva participação na transformação da sociedade brasileira, quer na elaboração de projetos legislativos, quer na busca de um modelo de Judiciário que melhor atenda aos seus fins sociais, quer na discussão dos temas que hoje cada vez mais freqüentam, no âmbito jurídico, a cidadania contemporânea.

Não se pode esquecer, todavia, que uma escola judicial, por mais amplos e generosos que sejam os seus horizontes, não deve perder de vista o seu alvo primário, que é o juiz, em sua formação, em suas inquietações, dificuldades e aspirações.

Nessa perspectiva, inclusive, é de atentar-se para a possibilidade de se ensinar ao juiz o aprofundamento em seus estudos em nível de pós-graduação, utilizando-se dos avanços da tecnologia de que se dispõe. Com esse objetivo, a atual Escola Nacional da Magistratura está envidando esforços para implantar, além de debates pelo rádio e pela televisão, em programações regulares, previamente estabelecidas, cursos de pós-graduação virtual, socorrendo-se da Internet e valendo-se da metodologia do ensino à distância, graças, inclusive, à abertura na legislação brasileira, em particular a da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20.12.1996).

Como é notório, os juízes interessados em aprofundamento de estudos, sejam de aperfeiçoamento, de especialização ou de pós-graduação **stricto sensu** (mestrado e doutorado), não raro enfrentam dificuldades, muitas vezes intransponíveis, para se afastar dos locais de sua jurisdição, a fim de freqüentar cursos, em particular os de mais longa duração. Com a implantação da “pós-graduação virtual”, tais obstáculos poderão ser afastados.

Esses cursos permitirão que os magistrados, dos mais distantes pontos do país, possam ter acesso a estudos de alto nível, sem precisar deslocar-se de seus locais de trabalho, salvo para a defesa da monografia, da dissertação ou da tese conclusiva do curso, conforme for o caso, ou seja, se de curso de pós-graduação **lato sensu** ou se de mestrado ou doutorado.

Em termos práticos, o magistrado poderá, no seu próprio ambiente de trabalho, socorrer-se, inclusive para a orientação acadêmica, dos recursos da tecnologia, que permite interconexão de forma

transparente entre diversos computadores. Assim, pesquisas, orientações acadêmicas e esclarecimentos de dúvidas, por exemplo, poderão ser processados por via eletrônica, podendo ser acessado, via Internet, todo o material instrucional.

Ademais, com a tecnologia avançada de que hoje se dispõe e com a metodologia do ensino à distância, o magistrado, esteja onde estiver, poderá, inclusive, ter orientador acadêmico de Universidade estrangeira, sem necessidade de deslocamento físico, seu ou do seu orientador.

8. O futuro das escolas judiciais, sustentação financeira e liberdade de pensamento

Predizer o futuro é tarefa sempre temerária. Os exemplos da história da humanidade estão aí para atestar. Contudo, entre a visão catastrófica e a concepção paradisíaca, pode navegar a jangada da nossa esperança, no embalo dos nossos sonhos. E essa esperança e esses sonhos descortinam as escolas da magistratura como elemento fundamental na definição do Judiciário do futuro: ágil, transparente, eficiente, mais próximo do povo e abarcando toda a complexidade de um mundo globalizado, cada vez mais sofisticado, a exigir soluções rápidas e eficazes.

A essa escola caberá elaborar a doutrina de uma verdadeira formação dos magistrados e de um aprimoramento contínuo, repensando a Justiça como um todo.

Não temos ainda, nós brasileiros, uma doutrina quanto à formação de juízes. Ora atribuímos à Universidade todo o débito pelas deficiências do bacharel, como se ela tivesse o dever de oferecer juiz pronto e acabado, ora pretendemos suprir as nossas falhas concentrando, em poucos meses, todo o conteúdo disciplinar de um bacharelado. Quantas vezes não tributamos a responsabilidade à própria sociedade, olvidada dos valores básicos na formação do caráter da juventude. Raras

as vozes, porém, questionadoras dos próprios critérios de recrutamento, ainda fundados em modelo ultrapassado, inspirado no dogmatismo e na capacidade de memorização.

É hora de reconhecer que a sociedade mudou e que o modelo de juiz para esse mundo novo já não pode ser o mesmo.

A Universidade, como adverte **José Renato Nalini**, tem fornecido material humano para inúmeras atividades contemporâneas – as consultorias, as assessorias, as bolsas de valores, os bancos, as financeiras, as empresas multinacionais, as comunicações, a realidade virtual, a imensidão até sufocante da informática e das infovias – e tais setores não reclamam da má qualidade do pessoal da área jurídica. Será que as primícias das Faculdades de Direito, questiona aquele admirável Jurista, são endereçadas para tais áreas e os menos aquinhoados se destinam à Justiça? Ou será que o Judiciário não soube acompanhar a sociedade e recruta com base em valores já não relevantes para a atualização judicial moderna?

A necessidade de aperfeiçoamento do juiz já em exercício é indiscutível, como enfatizaram todos os ilustres expositores estrangeiros.

O juiz provém de um ensino acadêmico, no qual se constata infortável descompasso entre a aula e a realidade. Se a Universidade fornece um mínimo de conhecimento jurídico, instrumental necessário ao início da carreira, dependerá do próprio juiz investir no permanente acrescentamento de suas aptidões.

A qualidade da magistratura, via de regra, está baseada no esforço pessoal de cada juiz. As escolas precisam alavancar esse autodidatismo. São elas organismos que congregam os pensadores institucionais, a ferramenta adequada a propiciar reciclagem não só direcionada aos talentos próprios de cada vocação judicial, mas também voltada à satisfação do interesse comunitário. O binômio

produtividade/qualidade é meta de que os organismos judiciais educadores não podem afastar-se.

É a escola judicial o **locus** onde cada juiz alcançará o seu limite de otimização e o desenvolvimento de suas qualidades profissionais e pessoais.

O Poder Judiciário, lamenta-se, ainda não dispõe de um órgão de formulação de alternativas destinadas ao aprimoramento da Justiça. Esse vazio de planejamento explica, além de outras causas históricas e estruturais, a vulnerabilidade do Judiciário, como Poder e máquina estatal, a falta de respostas prontas para as críticas, muitas vezes infundadas, que recebe a todo instante, especialmente da mídia e dos órgãos formadores da opinião pública.

A concentração dos estudiosos da Justiça em uma escola judicial institucionalizada, funcionando **full-time**, poderia contribuir para a elaboração de estudos filosóficos, políticos, antropológicos, sociais e éticos sobre o funcionamento do Judiciário, estudos a formar inestimável acervo de idéias, material indispensável à autêntica reforma da Justiça e à sua constante atualização, como, aliás, ocorre no Japão e foi recomendado por comissão de especialistas ao Congresso e à Suprema Corte dos Estados Unidos, em 2.4.1990.

Uma visão de futuro das escolas da magistratura há de levar em consideração, dentre outros aspectos, a institucionalização, a profissionalização, a modernização pedagógica e de meios, a internacionalização. E, quanto aos seus objetivos, a vocacionalização, o criticismo, o reformismo, a defesa institucional e a democratização.

a – **Institucionalização**. – As escolas da magistratura, em nosso país e no mundo, como alerta **Sidnei Agostinho Beneti**, magistrado e doutrinador de raro quilate e superior talento, germinaram impulsionadas pela força da necessidade de aprimoramento do principal figurante da vida judiciária, o magistrado, e do idealismo presente nos

segmentos da intelectualidade judiciária. A insatisfação com a insuficiência da prestação jurisdicional, nos mais diversos matizes, sempre foi mola impulsionadora do ideal de oferecimento de melhor aparelhamento da Justiça. Destarte, a origem e a força das escolas da magistratura são produto da conjugação da angústia e do ideal, forças motoras de origem nobre para o ser humano.

A germinação espontânea levou à diversidade, aos vários modelos de escolas e cursos. E essa diversidade coloca, por si só, a dimensão do trabalho atinente à formação do magistrado, essencial à existência da sociedade livre, garantida pela boa magistratura.

Mas o caminho, atualmente, é o da sua institucionalização, localizando-a no Judiciário, abolindo-se o sistema de dependência de entidades externas a este, com garantia de independência de orientação político-ideológica, de alheamento às contingências políticas locais de momento.

b – **Profissionalização.** – Muitas escolas da magistratura já descobriram que, em matéria de tamanha responsabilidade, não se pode servir a dois senhores. A dedicação deve ser integral. A massa de serviço nessas escolas, para o diretor, corpo administrativo e corpo docente, o recomenda.

Especial cuidado, contudo, deve ser dedicado à escolha dos magistrados que nelas servem, afastando-se a possibilidade de concretização de dois inconvenientes. Em primeiro lugar, a nomeação de magistrados inadequados ao pluralismo, ou seja, os reveladores de direcionamento pessoal, ideológico, comportamental. As lições do nazismo, do bolchevismo, do período “macarthista”, demonstram o perigo de a magistratura ser levada à militância política. Nesse sentido, imprescindível assegurar a liberdade de manifestação do pensamento no âmbito das escolas.

O segundo perigo da profissionalização é o surgimento de bolsões de ociosidade jurisdicional e de prestigiadas sinecuras. Integrantes da escola, a começar do diretor, devem ser magistrados de **currículum** jurisdicional impecável, desses que julgam bem e mantêm o serviço em ordem, exemplos reconhecidos pelos demais magistrados, pelos advogados, pelo segmento universitário, pela comunidade, enfim.

Compromete uma escola a burocratização da ineficiência, a outorga de afastamento da carreira e da dura lida diária dos processos a magistrados de discutível qualidade e pouca produtividade no trabalho. O magistrado problemático ou improdutivo acaba por assumir demagógicos ares de grande personalidade na atividade jurisdicional, trabalhando exclusivamente em prol de projeto pessoal.

Em síntese, devem ser escolhidos os melhores, os mais qualificados, a exemplo do que afirmou a douta e simpática representante holandesa neste Congresso.

c – **Modernização pedagógica.** – Aqui, a necessidade não é apenas própria das escolas da magistratura, senão de toda a atividade pedagógica.

Nova linguagem, diferente da expositiva-clássica em uso nas Faculdades de Direito, afastando-se a predominância das preleções ou conferências magistrais – sem prejuízo, por óbvio, de casos específicos ou de assuntos institucionais, para os quais não se possam receitar as roupagens dos seminários e grupos reduzidos.

A ênfase do treinamento específico não pode ser negligenciada, com audiências simuladas e prolação de despachos e decisões. Um desafio, a ser vencido pelas escolas, levando, em retorno, o exemplo à Universidade, para mudança da própria forma de criação do novo magistrado.

d – **Modernização de meios.** – A modernização dos suportes materiais da atividade didática é consequência do desenvolvimento tecnológico atual. Não há atividade educacional que prescindia da modernização: incorporação de instrumentos como o vídeo, a teleconferência, a **Internet** e outras redes, levam ao ágil caminho dos cursos virtuais, tão necessários sobretudo aos que dispõem de pouco tempo para a locomoção física.

O público-alvo dessas escolas é adequado a essas modalidades técnicas, pois é sabido que o magistrado possui pouquíssimo tempo disponível, sobretudo se se considerar a necessidade da saída do local de trabalho.

Sub-produto dessa incorporação de meios modernos será o alcance de público extra-magistratura, como advogados, promotores, defensores, procuradores, policiais, funcionários da Justiça e, mesmo, integrantes da classe política, dos meios universitários, estudantes e tantos outros segmentos de interesse para-judiciário, importantíssimos para a formação de um novo senso comum do jurista e do magistrado. Trata-se de verdadeira internalização na intelectualidade científica e entre os Poderes institucionais do Estado (Judiciário, Legislativo, Administração), bem como entre os poderes não-institucionais.

e – **Internacionalização.** – O movimento das escolas da magistratura não é mais um fenômeno circunscrito às fronteiras nacionais. Em verdade, os novos blocos de poder supra-nacional e os fenômenos da transnacionalidade e da globalização econômica já remetem a uma nova realidade mundial, a que não poderiam ficar alheias as escolas de magistratura, a exemplo do que já ocorre, também, com as associações de magistrados.

As escolas de magistratura já se reconhecem e se solidarizam. Cursos realizados em conjunto, como, recentemente, os da “Escola Nacional da Magistratura” do Brasil com a “Escola de Direito Comunitário

do Mercosul”, a **École Nationale de la Magistrature** francesa, e a **Europäische Rechtsakademie**, no âmbito da Comunidade Europeia, e os promovidos com o “Centro de Estudos Judiciários” de Portugal, são vetores indicativos de que se caminha, a passos largos, para a instituição de entidades internacionais de escolas da magistratura e centros de treinamento de magistrados – à moda da União Internacional dos Magistrados, que solidariza as associações e entidades profissionais de magistrados no mundo, atualmente já se direcionando nesse sentido.

f – **Vocacionalização.** – As escolas da magistratura, no tocante aos cursos de formação inicial, fatalmente se destinam à busca de desvendamento de vocações para a magistratura. Desnecessário frisar que somente o magistrado vocacionado pode realizar trabalho digno da atividade jurisdicional propriamente dita.

O juiz sem vocação será incapaz de indignar-se contra a injustiça que lhe passe pelos olhos na audiência ou na sessão de julgamento, ou na letra fria dos autos. Burocrata apenas, fará muito mal à Justiça de seu tempo. E a si próprio.

No tocante à vocacionalização, importa considerar um binômio relevante: a vocação pura, com que nasce o vocacionado, e a vocação lapidada.

A vocação pura, inata, nasce com a pessoa. Mas pode desenvolver-se mediante o auxílio das escolas, para a descoberta e, depois, para o seu desenvolvimento, forrando-se das tentações aptas à distorção: aqui, devem atuar as escolas, como centros de descoberta de vocações e como abrigo de preservação, direcionando os talentos inclinados à magistratura.

Nesse ponto, o sistema de seleção de magistrados, a partir de cursos de formação inicial, nos moldes dos realizados pela **École Nationale de la Magistrature** da França, pelo “Centro de Estudos Judiciários” de Portugal, pelo **Legal Training Center** do Japão e, entre

nós, no Brasil, por algumas escolas estaduais, para exemplificar, assume especial relevância. Por intermédio desses cursos, além dos ensinamentos referentes ao trabalho e à função jurisdicional, permite-se a necessária observação do candidato à futura nomeação para a magistratura, contornando-se, com o desligamento da escola, o trauma futuro da demissão dos quadros da magistratura.

A vocação lapidada é igualmente imprescindível, sendo o produto desse trabalho diuturno na aquisição de conhecimentos, que o ser humano inicia na tenra idade. O verdadeiro vocacionado é um homem que fatalmente se torna instruído na ciência do Direito e na ciência difusa da vida, integrada pela cultura geral, inclusive conhecimento da própria realidade, da literatura, da música, do acompanhamento social, nas mais diversas formas e com as mais diversas opções.

g – **Criticismo.** – Os programas das escolas da magistratura devem privilegiar permanentemente o senso crítico, marca de sintonia científica com a sociedade contemporânea e de compromisso com a melhoria das relações institucionais e humanas no mundo.

O criticismo é essencial à reconstrução e à melhoria. Preocupação constante com temas que questionem as formas processuais, a tipicidade penal, o regramento legal das relações familiares, as formas de circulação econômica por intermédio dos aparelhamentos da Justiça, a organização judiciária, etc, serão temas sempre presentes nos trabalhos das escolas da magistratura.

A própria situação do magistrado, principal agente da atividade judiciária, deve sempre estar em foco crítico. Igualmente quanto às condições de trabalho, o “stress” profissional, a falta de mecanismos de alívio da carga diária, para dar espaço à criatividade, como os períodos sabáticos, em que o magistrado, a exemplo do que ocorre nas Universidades, poderá afastar-se para estudo ou lazer necessários. Essas

e outras serão preocupação sempre constante nas escolas da magistratura, no futuro.

h – **Reformismo**. – Nenhum agrupamento social pode dar-se ao luxo do imobilismo. As escolas da magistratura devem ser o fator da reforma, a começar da reforma do Judiciário, desenvolvendo estudos para posteriormente oferecer aos tribunais e aos órgãos legiferantes.

i – **Defesa institucional**. – As escolas da magistratura precisam vencer o desafio da dificuldade de comunicação do Judiciário com a sociedade e com os chamados formadores da opinião pública, desvendando, também, os caminhos institucionais das relações maduras entre os Poderes do Estado, entre o Judiciário e as instituições não-governamentais, que exercem verdadeiro papel de governo na sociedade atual. E não podem negligenciar o estudo do aprofundamento de formas de contacto com os órgãos de comando privado da sociedade.

j – **Democratização**. – A democratização consolida a forma participativa. Deve iniciar-se, nas escolas da magistratura, pela própria modalidade constitutiva, assegurando-se a participação de todos os segmentos da magistratura em seus trabalhos.

9. **Autonomia financeira e liberdade de pensamento**

As escolas devem constituir unidade orçamentária distinta. Assim já ocorre em vários Estados-membros brasileiros. Investir na educação do juiz, garante do Estado de Direito, é investir na cidadania e na própria democracia, uma vez que a formação do juiz, como bem anotou **Armando Acácio Leandro**, não é responsabilidade apenas do juiz, mas também do Estado.

Essa, por sinal, para exemplificar, a solução da França, Portugal, Espanha, Japão e Estados Unidos. Mesmo na Itália, onde ainda inexiste uma escola da magistratura institucionalizada, no figurino das

demais, o Conselho Superior da Magistratura investe ponderável soma de recursos para a reciclagem contínua de seus juízes.

A institucionalização implica a destinação de verbas públicas para as escolas, a despeito da admissão, também, de atividades em parceria com instituições das mais diversas naturezas, inclusive instituições privadas, para a maior elasticidade do trabalho e menor exigência de verbas públicas.

Não devem as escolas dispensar essas parcerias. Com os tribunais e associações da magistratura, principais interessados no aperfeiçoamento da carreira, com a Universidade, com empresas, com entidades financeiras, com instituições culturais, enfim, com qualquer estamento idôneo que possa contribuir para a consecução de suas finalidades. O estabelecimento de parcerias, aliás, atua em sentido dúplice, uma vez que não apenas enseja a realização de eventos que sem elas seriam inviáveis, dado que as instituições judiciais estão quase sempre a padecer de carência crônica de numerário, como também representam sopro da existência real, experiência de vida e de outros misteres, que chegam ao juiz e suprem sua necessidade de contato com realidades diversas da vida forense.

Exemplo disso é a atuação da “Escola Nacional da Magistratura” brasileira, que, não dispondo de recursos materiais próprios, e sem postular verbas à Associação a que se vincula, atua em todo o território nacional, edita livros, coordena projetos legislativos e promove cursos no país e no exterior, inclusive na formação de formadores, como vem ocorrendo através de convênios, notadamente com a França e Portugal.

Por outro lado, às escolas, como instituições culturais que são, deverá ser assegurada a indispensável liberdade de pensamento, como já assinalado **retro**. Não se deve esquecer, no entanto, que, estando elas vinculadas ao próprio Judiciário, e sendo regidas por estatutos,

regulamentos e normas gerais de atuação, estarão, conseqüentemente, subordinadas às diretrizes superiores da hierarquia judiciária e da legislação pertinente.

10. Conclusão

Em conclusão, o que se deseja realçar é a convicção de que, no momento em que o Judiciário se afirma como Poder essencial ao desenvolvimento das nações e à convivência humana, realizando a sua destinação histórica, presente também está a certeza de que somente haverá Judiciário à altura dessa missão se contar com estrutura adequada e magistrados vocacionados e de alta qualificação.

Em ambas as vertentes, imprescindível será a atuação das escolas da magistratura, quer para planejar as diretrizes, quer para selecionar, formar e aprimorar o profissional do Direito a quem cabe, por comando constitucional, aplicar as tábuas da lei e que, sendo um ser humano, é sempre imperfeito, embora feito à imagem e semelhança do Criador.

Somente o futuro nos dirá se o que sonhamos será realidade. De qualquer forma, porém, terá valido o nosso sonho, pois, como nos dizem os versos de **Fernando Pessoa**,

“tudo vale a pena se a alma não é pequena”.